

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 25 de abril de 2023 - Ata n.º 32.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **32.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à nossa 2.^ª Secretária, Deputada Maria Victoria, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^ª 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): (Procedeu à leitura da Ata da 31.^a Sessão Ordinária, de 24 de abril de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Gugu se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Há sim, Sr. Presidente. Passo, então, à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) **Mensagem n.º 56/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 308/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Francisco Beltrão, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 57/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 309/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Doutor Camargo, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 58/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 310/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Marilena, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 59/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 311/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Irati; **Mensagem n.º 60/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 312/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desse ao município de Marmeleiro; **Mensagem n.º 61/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 313/2023) que acrescenta dispositivo à Lei n.º 19.130, de 25 de setembro de 2017, que instituí a diária especial por atividade extrajornada voluntária, a gratificação intramuros e adota outras providências.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofícios n.ºs 922/2023 e 950/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 923/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda a requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofícios n.ºs 830, 836 e 920/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e da Agência Reguladora do Paraná a requerimentos do Deputado Tercilio Turini; **Ofício n.º 826/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimento do Deputado Delegado Tito Barichello; **Ofício n.º 828/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Companhia Paranaense de Energia a requerimento do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofícios n.ºs 831, 915 e 927/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimentos do Deputado Do Carmo; **Ofício n.º 829/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Companhia Paranaense de Energia a requerimento da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofícios n.ºs 827, 834 e 926/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Fazenda a Requerimentos do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 835/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 323/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a Sanção do Projeto de Lei n.º 245/2023, que, convertido em Lei, recebeu o n.º 21.430; **Ofício n.º 918/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação, a requerimento do Deputado Gugu Bueno; **Ofícios n.ºs 914 e 949/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado da Educação a requerimentos da Deputada Ana Júlia Ribeiro; **Ofício n.º 925/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família a requerimento do Deputado Douglas Fabrício;

Despacho n.º 1205/2023 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando resposta a requerimento dos Deputados Arilson Chiorato, Goura, Requião Filho, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Tadeu Veneri.

Esses eram os Expedientes, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos aos horários. Não há ninguém inscrito no Pequeno, nem no Grande Expediente, vamos às Lideranças, Delegado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Dr. Ademar Traiano, Deputado Estadual; cumprimento o Líder do Governo, o competentíssimo Hussein Bakri, Deputado Estadual, meu amigo, meu irmão; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; estendo meus cumprimentos aos demais Deputados, nobres representantes do Legislativo pátrio; e cumprimento o público telespectador da *TV Assembleia*, que assiste a este programa e acompanha o trabalho legislativo que ocorre nesta nobre Casa. Utilizo a palavra, Sr. Presidente, por dois motivos diferentes. Em um primeiro momento, para parabenizar, parabenizar o trabalho esplendoroso, único da equipe de investigadores, delegados e escrivães da cidade de Colombo, da Delegacia do Alto Maracanã, que, em uma ação investigativa e preventiva, no dia 9 de abril, conseguiram evitar uma tragédia. Todos nós preocupados com as nossas crianças, todos nós preocupados com as escolas e os policiais civis trabalhando, arriscando suas vidas, dando o seu tempo. Em uma ação única, uma ação exclusiva, uma ação de inteligência cumpriram um mandato de busca e apreensão na casa de um adolescente que estava ameaçando a escola Júlia Cavassin, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa. As mensagens dele, vou trazer a vocês: *Se preparem! Massacre na escola Júlia Cavassin.* Esse trabalho evitou uma tragédia. Concomitante ao enfrentamento dessa tragédia que não ocorreu graças a esse trabalho maravilhoso do Delegado de Polícia Dr. Felipe Boffo, do Investigador Luis Felipe Pinto Jogaib, do Investigador Everton Augusto de Moraes Lino, da Escrivã

Gabriele Kiekow e mais um nome aqui que não estou com a folha agora, vou pedir para o meu assessor me passar. Fizeram um trabalho único evitando essa tragédia, evitando que crianças tivessem a sua integridade física deteriorada e sua imagem deteriorada, maculada. Então, agradeço e por isso temos aqui a Menção Honrosa, por isso temos aqui um título desta Assembleia Legislativa do Paraná, Sr. Presidente da Assembleia, para entregarmos a essas pessoas que deram o seu tempo, a sua vida em prol da nossa sociedade. Mencionando o nome do nosso Delegado, Dr. Felipe Boffo, cumprimento toda a equipe da Delegacia de Colombo, da Delegacia do Alto Maracanã. É uma ação única que mostrou como funciona, Sr. Líder do Governo, a polícia aqui do Estado do Paraná, a polícia do Governador Ratinho Júnior, que é uma polícia treinada, é uma polícia competente, é uma polícia que sem dúvida - eu fui delegado em Minas Gerais - é a melhor polícia do Brasil. Temos problemas? Sim. Temos deficiências? Sim. Podemos nos comparar às melhores polícias do mundo? Infelizmente não, Sr. Líder do Governo; mas, das unidades federativas do Brasil, posso dizer que é a melhor polícia. É melhor do que a Noruega? Não. É melhor do que a Inglaterra? Não é. Queremos chegar lá? Queremos, e um dia chegaremos. Mas, posso dizer para vocês, - já fui delegado em Minas Gerais - é a melhor Polícia Civil do Brasil. É a polícia que mais trabalha, é a polícia que menos tem problemas. Problemas sempre tem, mas é a polícia que menos nos traz questões vinculadas à Corregedoria. Aqui faltou o nome da escrivã - só um pouquinho - Franciely Rossini. Mil perdões! Escrivã Franciely Rossini, que também trabalhou nessa investigação e conseguiu um resultado único. Então, isto aqui é Menção Honrosa. E vou pedir, Sr. Presidente, que seja oficiado ao Departamento Pessoal da Polícia Civil, para que lá nos arquivos fique inserida esta Menção Honrosa, cuja entrega farei logo em seguida. Também aproveito meu exíguo espaço de tempo aqui, Sr. Líder do Governo, Sr. Presidente, Sr. Líder da Oposição, para trazer a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que condenou o Deputado Renato Freitas. Disse ele aqui, na última Sessão, que havia uma condenação apenas em primeiro grau e, conforme se pode visualizar com clareza nas câmeras desta Assembleia, Deputado Ney Leprevost, conforme se pode verificar nas câmeras desta Assembleia Legislativa,

aparecia ele dizendo não, que não tinha condenação, e foi inclusive conversar comigo na mesa. Então, está aqui a condenação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no caso do Sargento Simionato. Foi condenado em primeiro grau e foi condenado em segundo grau, em uma ação de indenização. O Tribunal de Justiça dando um exemplo à sociedade, o Juiz de primeiro grau dando um exemplo à sociedade, mostrando que a nossa polícia estava certa, que o Sargento Simionato agiu de forma correta e que ele, Deputado Renato Freitas, não agiu de uma forma correta. Agradeço. Obrigado pela oportunidade de aclarar as verdades e mostrar à sociedade o que realmente aconteceu, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Abro mão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Então, vamos à Liderança do União Brasil, Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Deputados, servidores desta Casa de Leis e todos que nos acompanham pela Internet. Bem, hoje subo a esta tribuna para compartilhar com os senhores meu desapontamento com a condução política de uma Secretaria deste Estado, quanto à falta de respeito para comigo enquanto Deputada Estadual e também com relação aos meus colegas Deputados Estaduais, tanto do partido União, ao qual também faço parte, assim como todos os outros colegas e também Deputados Estaduais. Bem, na data de ontem, alguns Prefeitos e Vereadores foram convidados a participar de um evento de assinatura do termo de adesão a um Projeto, do qual acredito que muitos dos senhores também não tenham tomado sequer conhecimento, assim como eu. Como todos os senhores participantes da base do Governo, temos buscado incessantemente a construção de alianças e a aproximação com as pontas, ou seja, com as Prefeituras, Câmaras Municipais, com entes da federação e a sociedade civil organizada, mas infelizmente ainda temos enfrentado alguma resistência para que possamos

efetivamente participar desse processo, em especial nessa Secretaria. Quero ressaltar que acredito que o nosso Governador sequer tenha conhecimento deste fato ou desta postura do citado Secretário, mas quero compartilhar aqui este alerta, pois, como muitos dos senhores, também estou aqui para defender os interesses daqueles que nos elegeram. Então quero acreditar, caros colegas, que esse episódio tenha sido apenas um esquecimento, pois é extremamente deselegante, se assim podemos dizer, o que vem acontecendo. Sem me alongar, gostaria de fazer um pedido em especial ao nosso Líder, Deputado Hussein, para que busque providências deste pleito que apresento junto à Casa Civil hoje em meu nome, mas que amanhã pode se tornar um problema para todos os demais colegas. Muito obrigada e boa tarde.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputada Flávia, permite-me um aparte?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Por favor.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Hoje a Bancada Feminina esteve reunida com o Secretário de Segurança para tratar sobre Projetos, leis sobre a causa das mulheres. Fomos muito bem recebidas por toda a equipe da segurança pública, fizemos alguns alinhamentos e tivemos uma notícia muito importante, junto com as Deputadas, que será criado um programa de segurança em prol das mulheres paranaenses, um programa que está sendo desenvolvido pelo Governo do Estado, um programa que inclusive já foi objeto das Deputadas Estaduais, pedido das Deputadas Estaduais aqui na Legislatura passada, que é a questão do monitoramento, através da tornozeleira eletrônica, para proteger as mulheres que têm medidas de segurança, medidas protetivas contra seus agressores. Então, é um importante passo que está se dando na defesa das mulheres, Deputada Flávia. E fico muito contente em ver hoje a Bancada..., todas não puderam estar presentes por outros motivos, mas estávamos lá, algumas das Deputadas estavam lá, Deputada Cloara, Deputada Flávia, Deputada Cristina, Deputada Cantora Mara Lima, Deputada Marli, Deputada Márcia e pudemos então ver, conversar principalmente sobre esses arranjos, sobre esses programas que estão

sendo criados. Então, agradeço, em nome da Bancada Feminina, hoje, a recepção lá na Sesp. Obrigada, Deputada Flávia.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Aproveitando aqui o ensejo, não posso deixar de agradecer mais uma vez ao nosso Secretário da Segurança, que já havia nos recebido, me recebido e recebido também a Deputada Cloara, que tem nos atendido prontamente. Nós que temos levado Vereadores, Prefeitos, e constantemente ele tem nos atendido com toda a sua equipe, prontamente, com Coronéis, sempre nos atendendo prontamente. Então, deixo aqui o nosso agradecimento.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): Deputada Flávia, a senhora poderia me conceder um aparte?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Por favor, Deputado.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Sim, sim.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): Obrigado, Deputada Flávia. Parabéns pelo seu pronunciamento. Vou tocar em um assunto, aproveitando que a senhora está na tribuna, porque já vi a senhora corajosamente falando sobre isso nas suas redes sociais, o problema da indústria na multa em Curitiba. Vi a senhora fazendo uma abordagem sobre a questão dos radares eletrônicos e é claro que tanto a senhora quanto eu, quanto qualquer Deputada ou Deputado aqui quer um trânsito seguro, queremos motoristas responsáveis, não queremos acidentes, mas nesta semana está *chovendo* no meu e-mail, no meu *WhatsApp* reclamações sobre os chamados *radares pegadinha* aqui em Curitiba. O que estão fazendo, Deputada Flávia? Colocam em uma rua o radar a 30 quilômetros, na outra a 40, na outra a 50 e na outra a 60. Confundem a pessoa mais idosa! Se a senhora for ali naquela loja Decathlon que tem no Parque Barigui, que vende roupas esportivas, na saída vê no chão ali pintado bem grandão “50 quilômetros”, olha para cima e está 40.

Isso aí virou uma indústria da multa! Radar tem que ser para prevenir acidentes. Então, como sei que estamos com o Prefeito interino aí por vários dias, ele que é uma pessoa com quem tenho relacionamento cordial, não tenho problema nenhum com o Eduardo Pimentel, dou-me bem como ele, mas ele vai ficar um bom tempo Prefeito agora, porque o Prefeito titular do cargo está viajando a trabalho, ele poderia dar uma demonstração de coragem e dar uma ordem, uma determinação para a Setran manter os radares em um padrão uniforme de velocidade e tirar os chamados *radares pegadinha*, até porque lei municipal de minha autoria, quando ainda era Vereador, e a senhora foi uma excelente Vereadora em Curitiba, quando eu ainda era Vereador, fiz uma lei que determina que tem que haver sinalização do chão antecedendo os radares, e essa lei não está sendo cumprida em Curitiba. Estamos com uma verdadeira *indústria da multa* na nossa cidade e precisamos cobrar providências do Prefeito e do Prefeito em exercício. Obrigado pela gentileza do aparte, Deputada Flávia.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Realmente, essa questão dos radares não é uma questão de hoje, é uma questão que, não é, Denian, estamos sempre lutando, você falou disso na semana passada. Entrei na verdade com um requerimento para a CPI dos Radares, mas não tivemos o número de Vereadores suficiente, eram 13 assinaturas e tivemos, infelizmente, 12 corajosos Vereadores que assinaram. Então, infelizmente, ficou no meio do caminho. Mas, acho que... De repente porque não teríamos uma reeleição do nosso Prefeito, então não foi interessante que prosseguisse. Acredito que não podemos mesmo ter em uma mesma via três ou quatro velocidades. Acho que o radar deve existir, sim, para que consigamos educar alguns pedestres, educar alguns motoristas, mas não assim, com uma variação tão grande, tão brusca de velocidade. E acho que tem que ter aí uma associação não só do Executivo, mas também do Legislativo. Acho que tem, sim, que voltar a ser discutido este assunto na Câmara de Vereadores de forma mais intensa, e fica aqui o pedido do senhor para que o nosso Prefeito, o nosso amigo Eduardo, que agora está interinamente ali, para que ele dê esta atenção. Tenho certeza de que ele, com toda a força e com toda a vontade que sempre mostrou, vai atender este pedido e vai fazer o possível para que realmente

possamos melhorar esta situação. Temos pedidos ali da Linha Verde, principalmente onde pessoas são multadas ali, na época em que estava na Câmara de Vereadores, recebíamos 5 mil, 6 mil multas por mês ali no meu gabinete, então é enorme realmente. Bom, já estava finalizando. Muito obrigada a todos. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara de Rolândia, Reginaldo Silva, da Vereadora, Sr.^a Janaina Beneli, e da Secretária de Assistência Social, Sr.^a Michele Silva, por solicitação da Deputada Cloara. Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, Deputados e Deputadas, hoje pela manhã, a Frente Parlamentar das Estatais e das Empresas Públicas protocolou uma denúncia na Comissão de Valores Mobiliários, do Ministério da Fazenda, sobre possíveis, ou melhor, sobre infrações cometidas na venda da Copel, no processo de venda da Copel. É sabido por todos que este tema tomou notoriedade no Estado do Paraná após a aprovação, de forma rápida e sem discussão desta Casa, de um Projeto de Lei que transforma a Copel em uma corporação. As denúncias têm 10 assinaturas, as de Deputados do PT, do PSDB e do PDT. Essas denúncias têm seis conteúdos programáticos. Depois de torná-las públicas aqui, do debate feito pela Audiência Pública e também de elas serem debatidas junto à Frente, resolvemos transformá-las em um documento e, claro, com o conteúdo de documentação recebida, de informações buscadas, resolvemos acionar a CVM. A primeira delas diz respeito à imposição de sigilo por parte da Copel em documentos e informações que deveriam ser públicas; a segunda trata de divulgação de informações privilegiadas ao mercado de ações por parte do Governo do Estado do Paraná, na figura do Governador; a terceira é a possível omissão de uma dívida bilionário de R\$ 3,2 bilhões, anunciada aqui por mim no dia 29/4 e feita uma nova anotação nos documentos entregues à CVM de forma eletrônica pela Copel, reconhecendo o passivo, que existia um passivo, sim, que o requerente quer R\$ 2,9 bilhões. Mas, não é que o requerente quer, é que a Copel já foi condenada na arbitragem e tem um processo correndo em sigilo de

Justiça no TJ. Então, a forma que a Copel anota não é fidedigna, não traz a clareza suficiente que o povo do Paraná precisa saber, que os seus acionistas precisam saber. Há essa possível omissão e ela vai ser apurada pela CVM. A outra pauta é a contratação suspeita de empresa de consultoria para fazer a instrução da privatização. Um escritório de advocacia recebeu sem licitação, ou melhor, foi contratado sem licitação por R\$ 4,1 milhões pela Copel, para fazer esse processo de instrução da privatização. Um dos sócios, dos acionistas do escritório é filho de uma Conselheira de Administração da Copel, e ela votou inclusive a favor para contratar o escritório do filho por R\$ 4,1 milhões, sem licitação. Quase não há conflito de interesses! Essa denúncia está sendo encaminhada à CVM. Outra informação é a questão da forma que o Governo do Paraná, o sócio controlador delegou à Copel as condições, sem publicidade necessária, para ela contratar os estudos, R\$ 28 milhões dispensados de licitação, em uma competência que seria do sócio controlador e não da empresa para fazer esse processo de instrução. Ocorre aí fazermos uma denúncia para que se investigue a delegação: De que forma o Estado fez a designação? O TCU soube disso? A Controladoria do Estado aprovou isso? A Procuradoria-Geral do Estado deu aval para isso? E cadê o termo público que autoriza o Governo do Paraná, ou melhor, autoriza a Copel a fazer esse procedimento? Por fim e não menos importante é o caso da Aneel. O contrato da Copel Geração e Distribuidora do ano de 97 e 98 obriga que, em caso de alienação das ações que fazem parte do bloco do acionista controlador, esteja constando em contrato social ou cláusula do estatuto da Copel. Não existe. A Aneel também tem que dar uma autorização para que isso ocorra. Não existe. O TCU já deu ciência à Aneel e a Aneel não tomou providências até agora. Então, são seis irregularidades, seis infrações elencadas pela Frente Parlamentar das Estatais e das Empresas Públicas que foram denunciadas à CVM. Claro, vamos avançar nos órgãos de fiscalização. Estamos hoje, no final do dia, notificando o BNDES, amanhã será notificado o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e na sexta-feira a Bolsa de Valores de Nova Iorque, sobre essas irregularidades cometidas pela Copel e não respondidas nesta Casa. Não foi por falta de esforço, de perguntarmos, de questionarmos e de

querer saber a verdade. Como por parte da Copel não há diálogo formal, por escrito, temos aqui que recorrermos a este mecanismo. E, claro, estando no nosso papel - os 10 Deputados e Deputadas - de fiscalização, de zelo com a empresa que é patrimônio público do povo paranaense, vamos debater ainda mais o que está ocorrendo na venda da Copel. Venda rápida, venda sem discussão transparente, venda sem justificativa financeira, porque é a empresa mais rentável de energia do Paraná, a única, mas a mais rentável, uma das mais rentáveis do Brasil e a mais rentável do Sul, que gera dividendos que fazem política pública no Estado do Paraná. Mas, pelo jeito, as denúncias não param por aqui, começaram a chegar mais informações, estamos aprofundando os estudos e tirando mais argumentos de outras irregularidades cometidas. Vamos trazer à tona, seja pela Frente Parlamentar, seja no uso desta palavra aqui na tribuna, mas queremos esclarecimentos, uma vez que o próprio Governo do Estado está com falas dúbihas sobre o processo - anuncia que a empresa é a mais eficiente do País, anuncia que a empresa é extremamente lucrativa e defende a venda. Por que venda? Porque não é verdade que vai virar corporação. Não podemos permitir que o discurso fantasioso, que a materialização de rede social provocada pelo Palácio do Iguaçu ganhe corpo na rua e diga que a Copel é do povo paranaense. A Copel não será mais do povo paranaense, porque vamos perder a autonomia política-administrativa e não vamos ter mais o poder econômico de detenção das ações como temos hoje. A partir do momento em que esse processo for instaurado, da forma que está, a Copel vai servir o mercado. A tarifa de energia poderá ficar 130% até mais cara do que é hoje, vamos ter diminuídos os programas sociais praticados pela Copel, teremos mais dificuldades com serviços prestados pela Copel. É notório, é público, basta pesquisar as empresas do ramo da eletricidade que foram vendidas nos últimos tempos. Toda vez em que o mercado se apropria disso e dessa forma que está aqui - escura e não transparente do processo -, dessa forma não dialogável com a sociedade, traz consequências que são fatídicas para o povo. Por isso, quero parabenizar aqui o Deputado Renato, o Deputado Antenor, a Deputada Ana Júlia, a Deputada Luciana Rafagnin, o Deputado Requião Filho, o Deputado Goura, o Deputado Professor Lemos, a

Deputada Cristina Silvestri e a Deputada Mabel Canto pela forma brilhante de discussão deste processo e de entendimento do que é a Copel para o Estado do Paraná. Não iremos descansar, não vamos tirar férias um minuto, enquanto tivermos a possibilidade de não deixar o Governo do Paraná vender a Copel. Olhem que estou sendo tímido e modesto nas falas! Não é vender a Copel, é doar a Copel - da forma que está e o preço que querem arrecadar com a venda da Copel. O patrimônio da Copel é muito e muito superior à expectativa que o Governo pensa em arrecadar. Só para vocês terem uma ideia, em 31 de dezembro do ano passado, a Copel tinha 9 bilhões em caixa, declarado no seu balanço patrimonial. O Governo do Paraná pensa pequeno, pequeno da forma de se entender o papel que é a Copel. Sou contra a venda da empresa Copel, porque sei da função social e o que ela faz para o povo paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A partir do momento em que essa empresa for parar na mão do mercado financeiro, for parar na mão do capital rentista, ela vai servir apenas para ter lucro. O que pleiteamos, o que lutamos, não vamos conseguir que aconteça. As ligações de energia elétrica, que é um direito de todo paranaense, que hoje tem dificuldades de ser feita, inclusive nas ocupações, para as pessoas que não têm documentação do seu imóvel, mas que precisam de energia, não existirão. O serviço vai demorar mais, a tarifa ficará muito, muito mais cara, a retribuição da Copel para o povo será menor. Lembrem-se de que a Copel foi construída com o dinheiro de vocês. No ano que vem ela completa 70 anos. A pergunta é: Você quer cantar parabéns para a Copel pelos seus 70 anos, ou você quer desejar um descanso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... ou você quer desejar um descanso para a Copel no ano que vem? Vida ou morte para a Copel no ano que vem, na mão do Governo do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Vereador de Almirante Tamandaré, Sr. Roque, e dos Vereadores de Nova Fátima, Antonio Marcos e Pastor Alex, por solicitação do Deputado Do Carmo; e dos Vereadores de Corbélia, Claudino de Lara e Adão Lopez, por solicitação do Deputado Batatinha. Sejam todos bem-vindos à Casa. Último orador inscrito pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, colegas e plateia que está aqui, escutava atentamente o zagueiraço Arilson. Vou repetir, zagueiro é aquele que espana para tudo quanto é lado. É o papel da Oposição. É um baita zagueiro, vamos dizer a verdade, grande, forçudo. Mas, zagueiro Arilson, Deputado, com todo o respeito, quero pedir o VAR, Presidente. Agora, quero pedir o VAR. Tragam-me o VAR aqui, porque há algumas Sessões fiz um convite para V.Ex.^a, respeitoso. Machuca-me quando o senhor diz que não tem transparência! Convidei o senhor para ir comigo, nós dois sentarmos com a Diretoria da Copel, para o senhor escutar a versão da Copel. Vocês lembram? Não lembram? Todo mundo balança a cabeça. Quero aqui renovar o convite a V.Ex.^a, diante de todo o carinho e respeito que tenho. O senhor, que foi um grande Líder da Oposição, quero renovar esse convite, porque vou convencer V.Ex.^a a despeito de CVM, de não sei o quê, de não sei o quê, porque o processo da Copel é um processo sério, um processo feito dentro das regras. Quero renovar aqui o convite a V.Ex.^a. Vossa Excelência está enganado, somos, sim, a primeira empresa do Brasil, uma empresa que é comandada com muita seriedade, com muita competência, que está fazendo um processo importante para a valorização dos seus ativos, para a manutenção das suas usinas. Caso contrário, teríamos perdido a possibilidade de enfrentar essa renovação que vai acontecer com as usinas, que foi votado aqui pela Assembleia com muita transparência e responsabilidade. Não se assustem, a Copel nunca vai ser uma Petrobras, podem ter certeza. Nunca seremos e nunca teremos o problema que tivemos na Petrobras. Quero assegurar a todos que estão aqui neste momento. Senhor Presidente, está feito o convite, inclusive para almoço. Quero comunicar a todos que escutei aqui atentamente o discurso da Deputada Flávia. Acho que é muito ruim quando esta Casa fica alijada a convites

de participação de eventos. Vou reforçar aqui a cobrança. Vossa Excelência tem toda a razão no sentido de que haja esse convite, haja essa participação desta Casa. Está bom? Quero também comunicar aqui a todos os colegas e convidar a todos e todas que teremos hoje uma Audiência Pública de três Comissões importantíssimas desta Casa, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Educação e a Comissão de Segurança Pública, às 18 horas. Teremos a presença aqui do Secretário de Estado da Educação, o Roni Miranda, e a presença do Secretário de Estado da Segurança Pública, Cel. Hudson. Estaremos debatendo, Deputada Cloara, a continuidade das questões relativas à segurança nas escolas. Esse é um assunto que não termina nunca. Não termina nunca. Portanto, quero convidar vocês. Vai ser uma Audiência Pública pragmática, rápida, em que queremos debater esse tema. Pessoal, quero agora fazer um pedido pessoal para vocês, a todos os Deputados aqui. Hoje está em primeira votação um Projeto de Lei que obriga os cartórios a repassarem mensalmente à Defensoria Pública a lista de crianças registradas sem identificação do pai. Você sabem qual o número que temos de crianças nessa condição por ano no Paraná? Sete mil crianças que estão alijadas do direito de ter a possibilidade de um dia ver o seu pai, os seus direitos garantidos a essa mãe. Então, gostaria de pedir o apoio de todos vocês aqui. Essa proposta já existe em outros estados. Com essas informações, a Defensoria poderá auxiliar. Esse é o objetivo. A Defensoria vai auxiliar as mães de forma muito rápida nos reconhecimentos de paternidade.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): O senhor daria um aparte, Deputado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por favor, Deputado.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Que excelente Projeto de Lei, Deputado Hussein Bakri, demonstrando a sua preocupação com as crianças e com o direito de ter um pai, o direito de ter educação, o direito de ter saúde. Até acreditei que já existisse esse Projeto de Lei aqui no Estado do Paraná, porque já existe em outros estados da Federação. Ficam os parabéns ao seu trabalho.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Só para finalizar, Sr. Presidente, na próxima semana, o Presidente da Itaipu estará recebendo o nosso Secretário da Educação do Estado do Paraná, Roni Miranda, por uma intermediação da Bancada do PT, capitaneada pelo Deputado Arilson, e quero fazer o reconhecimento e o agradecimento, onde serão discutidos assuntos de interesse do Estado do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flávia Franscischini (UNIÃO), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Bührer (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (50 Parlamentares); Deputados ausentes sem

justificativa: *Gilberto Ribeiro (PL), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Nelson Justus (UNIÃO) e Requião Filho (PT) (4 Parlamentares).]*

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: *(Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 298/2023*, dos Deputados Alexandre Curi e Cloara Pinheiro, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ricardo Ramina; **Autuado sob o n.º 299/2023**, do Deputado Denian Couto, que acrescenta o § 4.º ao art. 7.º da Lei n.º 20.541, de 20 de abril de 2023, que dispõe sobre política de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao fomento de novos negócios e à integração entre o setor público e o setor privado em ambiente produtivo no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 300/2023**, do Deputado Denian Couto, que institui a política de transparência nas escolas públicas do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 301/2023**, do Deputado Denian Couto, que altera o inciso V do art. 14 e sua alínea C, reordenando as demais, bem como atualiza o uso correto da expressão pessoa com deficiência, todos da Lei n.º 14.260, de 23 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente a imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA; **Autuado sob o n.º 302/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar, no ato da matrícula escolar, formulário para denúncia de violência doméstica familiar nas unidades da rede estadual de ensino pública e privada; **Autuado sob o n.º 303/2023**, do Deputado Denian Couto, que altera o art. 2.º da Lei n.º 13.331, de 23 de novembro de 2001, que dispõe sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 304/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, que autoriza a solicitação de exames laboratoriais para acompanhamento dietoterápico pelo nutricionista no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 305/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, que estabelece a inclusão, como diretriz básica para o tratamento de asma, do medicamento que estabelece, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 306/2023**, do Deputado Samuel Dantas, que proíbe a

apresentação de malabaristas, com uso de armas brancas ou de malabares de fogo e materiais inflamáveis em locais públicos no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 307/2023**, dos Deputados Ademar Traiano, Alexandre Curi e Artagão Junior, que estabelece procedimentos de proteção ao meio ambiente marinho e costeiro do Estado do Paraná e dá outras providências.

Projeto de Lei Complementar: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 2/2023**, que altera o inciso VII do art. 1.º da Lei Complementar n.º 249, de 23 de agosto de 2022.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 6/2023, de autoria da Deputada Maria Victória, que estabelece prioridade para a tramitação de processos onde o interessado é pessoa com doença rara. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo Geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão o Substitutivo Geral. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Flávia Francischini. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu**

Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Luiz Claudio Romanelli, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Requião Filho e Ricardo Arruda (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral. Registro o voto favorável do Deputado Fadel.**

Nós submeteremos agora aos votos os Itens 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16 e 17 agrupados, por serem matérias correlatas.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 187/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 30/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 188/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 31/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Nova Santa Rosa, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 189/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 32/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Teixeira Soares, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 191/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 34/2023, que altera a redação do art. 20 da Lei n.^º 20.560, de 10 de maio de 2021, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao município de Goioerê. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 222/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 36/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Alto Paraná, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 223/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 37/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Iguaçu, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 224/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 38/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Marilena, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 225/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 39/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Nova Prata do Iguaçu, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 226/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 40/2023, que altera a Lei n.^o 19.284, de 13 de dezembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao município de Mariluz. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 13 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 255/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 44/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Ibiporã, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 14 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 256/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 45/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Marialva, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 16 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 258/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 47/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Porecatu, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 17 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 259/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 48/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Cidade Gaúcha, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão, por favor.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Só aproveitando enquanto a votação acontece, dizer que a nossa preocupação com relação às questões do litoral continuam, aquela situação do vazamento de nafta continua trazendo muitos problemas à população litorânea. Protocolamos hoje um requerimento para a implantação e instalação de uma Comissão Especial de Investigação, que será naturalmente avaliado pelos Parlamentares, conforme a deliberação da Mesa. E também, juntamente com V.Ex.^a e também o Deputado Alexandre, protocolamos aí um Projeto de grande interesse da nossa região para proteger futuros

incidentes. Então, mantendo sempre a clareza e a transparência das nossas atividades, avisando desse encaminhamento, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Guerra, Anibelli, Do Carmo, Ney Leprevost, Soldado Adriano, Gilson de Souza. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Requião Filho e Ricardo Arruda (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.*

Os **Itens 5, 12 e 15** faremos também votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 190/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 33/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmento rodoviário que especifica e a transferência desse ao município de Santa Mônica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 12 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 227/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 41/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de trechos rodoviários que especifica e a transferência desses ao

município de Catanduvas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 15 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 257/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 46/2023, que autoriza o Poder Executivo efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Reserva do Iguaçu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminha o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem, Deputado Cobra Repórter.*

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Apenas para registrar aqui a presença dos Vereadores de Rolândia, o Presidente da Câmara, Reginaldo Silva, a Janaina Beneli, que é Vereadora, e também a Secretária de Ação Social do município de Rolândia, presentes na Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Cobra, lembrando sempre o nosso querido e saudoso Deputado Aníbal Khury, que dizia, quando o feito já tinha acontecido, que *Inês é morta*, já divulguei em seu nome aqui a presença dos Vereadores.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Entendi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Regimento não respeita quem dorme. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre**

Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados);
Não Votaram: Ademar Traiano, Batatinha, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.

ITEM 18 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 175/2023, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que dispõe sobre a comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Batatinha.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Convocar os Deputados membros do nosso Bloco Temático Digital para a reunião depois da Sessão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, gostaria de renovar o pedido de voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Alexandre Amaro, ainda pendente o voto, Cristina Silvestri, Denian Couto, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Gilson de Souza, Luiz Fernando Guerra e Ney Leprevost. O Deputado Ney está votando? Posso registrar seu voto aqui? Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus e Requião Filho (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 175/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 785/2023, da Deputada Marli Paulino, requerendo o envio de convite ao Diretor-Presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, Sr. Gilson Santos, para fazer uma apresentação do AMEP-PR na reunião da Comissão de Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos que ocorrerá nesta Casa de Leis, em data a ser definida por agenda dos envolvidos. Deputados que

aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 791/2023, da Deputada Maria Victória e do Deputado Hussein Bakri, requerendo a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n.º 53/2023.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): **Adia-se na forma regimental.**

Requerimento n.º 789/2023, do Deputado Ademar Traiano, requerendo a dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Sessão Ordinária do dia 25 de abril, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 777/2023, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a regulamentação de Leis vigentes no Estado do Paraná que tratam de direitos das mulheres e outras providências; **Requerimento n.º 778/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa ao escultor Dirceu Rosa, referente aos relevantes trabalhos artísticos ao município de Cascavel; **Requerimento n.º 779/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo a atualização das Placas de Limite de Velocidade em todos os locais onde foram realizadas obras de cruzamentos nas estradas do Paraná; **Requerimento n.º 780/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de

Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo providências urgentes para o reparo da malha asfáltica na rodovia PR-340, especificamente no trecho que liga os municípios de Santo Inácio, Luponópolis, Centenário do Sul e Guaraci, diante da presença de diversos buracos na pista, expondo a riscos os usuários da rodovia; **Requerimentos n.ºs 781 a 783/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Nova Santa Rosa; Perobal; e Quarto Centenário; **Requerimento n.º 786/2023**, do Deputado Do Carmo, solicitando o envio de expediente ao Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, requerendo informações quanto ao incidente ocorrido no cruzamento das avenidas Paraná e Horário Racanello Filho, no centro de Maringá, que ocasionou na abertura de uma cratera; **Requerimento n.º 788/2023**, do Deputado Do Carmo, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo urgência para recapeamento asfáltico e melhorias necessárias no Trevo de Santa Fé/PR, até o trevo de Uguaraçu/PR; **Requerimento n.º 790/2023**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria Estadual de Educação (SEED), requerendo considerações ao Edital 11/2023, que rege o concurso público para contratação de professores e pedagogos da rede estadual de educação; **Requerimento n.º 792/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações ao município de Capitão Leônidas Marques, pelos seus 59 anos de emancipação política, no dia 28 de abril de 2023; **Requerimento n.º 793/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Doutor Antenor, Requião Filho, Ana Júlia, Goura, Luciana Rafagnin, Arilson Chiorato e Renato Freitas, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação do Paraná, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo a tomada das medidas cabíveis para a imediata suspensão da implementação do cronograma do novo ensino médio no Paraná, conforme os fundamentos elencados.

Requerimento com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 787/2023, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a retirada de assinatura dos Requerimentos n.ºs 259/2023 e 265/2023, que constituem Frentes Parlamentares.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 784/2023**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de abril de 2023.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Fui tomado de surpresa pelo pedido para discutir; em que pese ser constitucional e legal, só queria justificar. Talvez, se tivesse justificado... Esse requerimento se dá pelo fato de discutirmos um Projeto da Deputada que trata dessa matéria tão importante, e teremos um grande evento nacional nos próximos dias, aqui no Paraná. Mas, não tem problema! Peço desculpas, não avisei. É que queríamos tratar desse tema na CCJ amanhã.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O pedido de vista não impede de tratar na CCJ. Não tem impedimento de tratar na CCJ.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Acho que sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para tramitar na CCJ não há impedimento, não. Pode tramitar normalmente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Então, agradeço e peço escusas de não ter feito o pedido anteriormente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O senhor é um mau atacante.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Mas, você é um bom zagueiro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, quarta-feira, dia 26 de abril de 2023, às nove horas e trinta minutos, horário regimental, já acordado, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 769/2019, 356/2020, 385/2021, 438/2022, 478/2022 e 118/2023; 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 6/2023; 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 175/2023; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 252/2022; 426/2022, 451/2022, 8/2023, 135/2023 e 149/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h32, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)